


A contemporaneidade do Velho Institucionalismo Econômico de Thorstein Bunde Veblen

Elson Cedro Mira

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4844-2089>

elson@uesc.br

1. INTRODUÇÃO

Referendando as contribuições de Kuhn ([1962]1998) à Filosofia da Ciência, a Ciência Econômica contemporânea tem uma ortodoxia estabelecida, gestada na antiga Escola Clássica e moldada por neoclássicos e marginalistas. No bojo das disputas paradigmáticas, campos teóricos alternativos desenvolvem a chamada “pesquisa extraordinária”, à busca de uma revolução científica, cujo cerne é a propalada inverossimilhança de hipóteses e método do *mainstream* econômico.

Tais críticas ganham relevância pois remetem a escolhas realizadas com fins de estabelecer a Economia como uma ciência “newtoniana”, culminando numa aproximação com a Física e um conseqüente

distanciamento de outras ciências sociais, como a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Este foi o ponto de partida para a obra de Thorstein Veblen, aqui analisada.

Em fins do século XIX Veblen começa a desenvolver seus estudos criticando o individualismo e o abstracionismo metodológico neoclássico, destacando a importância das instituições para a Economia e a consequente necessidade de inserir o agente econômico no ambiente social, como Durkheim já o fizera na Sociologia.

A interdisciplinaridade é uma marca vebleniana. Sociologia, Antropologia, Política, Psicologia, História e Economia formam um amálgama teórico com uma evidente sustentação: o capitalismo industrial. Num caminho diametralmente oposto àquele do método hipotético-dedutivo neoclássico, Veblen encontra na sociedade de sua época ilustrações claras e reais à sua obra.

Diante do exposto, o problema desta pesquisa é identificar a presença de elementos do Institucionalismo Econômico de Veblen na sociedade contemporânea, pós-industrial, marcada pela dominância do capital financeiro global. Seu objetivo geral é encontrar ilustrações reais da obra de Veblen, verificando sua aplicação na atualidade. Especificamente, objetiva-se: i. apresentar referências teóricas de Veblen passíveis de serem testadas na contemporaneidade; ii. Encontrar comprovações destas referências na sociedade contemporânea. Dadas as particularidades institucionais nas diferentes matrizes, escolheu-se a sociedade brasileira como objeto da pesquisa. A hipótese de pesquisa formulada é: a análise de Veblen é aplicável à sociedade contemporânea.

Na melhor tradição Institucionalista, o presente trabalho recorreu a procedimentos metodológicos pertinentes às Ciências Sociais, em oposição ao individualismo metodológico neoclássico. Considerando

os objetivos percorridos, utiliza-se de uma abordagem evolutiva com fins de identificar se a “rigidez institucional” (*lock-in*) e a “dependência da trajetória” (*path dependence*) se verificam ao objeto em estudo, no caso de validação da hipótese estabelecida. Conforme a literatura especializada, ambos são os elementos mantenedores de uma matriz institucional, ainda que nociva à sociedade.

Com características de uma narração ensaística, a presente análise desenvolveu-se a partir da consulta a artigos, dissertações, teses e livros, bem como documentos oficiais. Buscou-se neles a expressão de como a sociedade contemporânea se organiza nas formas convergentes às teorias de Veblen. Assim, os métodos bibliográficos e documental foram basilares à pesquisa.

Tecnicamente, a pesquisa envolveu uma análise exploratória inicial para identificar as principais obras de Veblen e suas teorias passíveis de relacionar à sociedade contemporânea, onde impera o capitalismo pós-industrial. A partir da análise de tais obras, considerou-se teorias potencialmente atemporais e os respectivos casos concretos nessa sociedade. Culminando numa revisão de literatura desse autor.

Este trabalho contém seis seções, incluindo esta *Introdução*. A segunda seção contextualiza o debate paradigmático na Economia e a emergência do institucionalismo econômico. A seção seguinte apresenta as escolhas teóricas a serem comprovadas na sociedade contemporânea. A quarta seção comprova a atualidade dessas teorias no mundo real. Conclui-se o trabalho com as *Considerações Finais* e as *Referências*.

2. Da crítica ao mainstream à emergência do institucionalismo econômico

Inaugurando a fase científica da Economia, a obra de Adam Smith caracteriza-se por dois fundamentos: a Teoria do Valor-Trabalho, segundo a qual o valor origina-se na produção; e a contestação enfática à intervenção do Estado no sistema econômico, dado o equilíbrio automático legado pelo *laissez-faire*. Pautado nos ideais iluministas, Smith torna-se a referência seminal do liberalismo econômico entendendo as liberdades individuais como garantidoras do bem-estar social, seja pelo altruísmo (SMITH, [1759] 2015), seja pelo auto interesse (SMITH, [1776] 2009). É, pois, o patrono da chamada “ordem espontânea” na literatura econômica.

Ainda assim, seus estudos dedicaram-se à dinâmica social, aos efeitos das leis econômicas sobre a sociedade. Este é um traço característico, aliás, de todos os “primeiros economistas”, a exemplo de Ricardo, Mill e Say, conformando a chamada “Escola Clássica” e consolidando a ciência emergente da Filosofia Política sob a alcunha de “Economia Política”. Para o próprio Mill ([1848] 1996, p. 57) tais autores “...professam ensinar ou investigar a natureza da riqueza, bem como as leis de sua produção e distribuição, [...] a operação de todas as causas que fazem com que prospere ou decline a condição da humanidade, ou de qualquer sociedade de seres humanos [...]”.

Esta filiação à Economia Política inclui Marx, defensor do valor-trabalho, mas, socialista, ferrenho crítico do liberalismo (BRUE, 2011; NAPOLEONI, 2000; NAPOLEONI, 1997).

Em sequência, as Escolas Marginalista e Neoclássica se basearam no *laissez-faire* clássico, mas divergiram de seus antecessores ao defenderem a Teoria do Valor-Utilidade, segundo a qual o valor resulta

da utilidade do bem, deslocando-o, assim, para a demanda.

Marginalistas e neoclássicos priorizaram a análise de agentes individuais (firmas e consumidores) e revolucionaram o método na Economia, utilizando-se de rebuscados cálculos matemáticos com fins de maximização de lucros — no caso das firmas — e de utilidade — no caso dos consumidores. Romperam, portanto, com a tradição analítica clássica, ao ponto de suprimirem o termo “Política” deste campo de estudo, agora denominado, somente, por “Economia”. O resultado foi a supremacia da maximização de funções, supondo um agente econômico com racionalidade ilimitada, num mercado do tipo “concorrência perfeita” como padrão normativo. Sem qualquer preocupação com aspectos sociais.

Marginalistas e neoclássicos conformam, então, o paradigma dominante na economia contemporânea. O problema é que tal paradigma, de uma ciência “social”, despreza exatamente a dinâmica social, enfocando o indivíduo isoladamente. Suas análises convergem àquelas das chamadas ciências “duras”, em especial à Física. Esta é uma crítica, aliás, muito antiga. Começa exatamente quando a Economia se descola da Filosofia, de onde surgira. Já em fins de século XIX Veblen contribui decisivamente a tais críticas. Há meio século, Pereira já asseverava:

Os neoclássicos, em todo o seu trabalho, visam a desenvolver uma ciência “pura”, objetiva e “positiva”, desvinculada de valores, isenta de influências ideológicas. Para isto, procuram organizar uma ciência a mais abstrata e universal possível. Surgem os modelos econômicos matemáticos. Os gráficos e as equações tomam conta da ciência econômica. Esta se transforma em um cargo de conhecimentos abstratos, rigorosamente ordenados (PEREIRA, 1970, p. 2).

Nessa estratégia para a Economia ser considerada uma “ciência newtoniana”, o resultado foi sua dissociação das Ciências Sociais,

tornando-a numa espécie de enclave. Embora não consiga instrumentalizar tangivelmente suas pesquisas como a física e a química, por exemplo, insiste em utilizar ferramentas metodológicas dessas ciências. Assim é que um estudante de Economia tem uma carga horária extensa em “Cálculo”, permitindo-o dialogar com pares de outras áreas, a exemplo da engenharia. Certamente, Smith, Ricardo, Say e Marx não se identificariam com uma sala de aula contemporânea da ciência para a qual contribuíram decisivamente.

Mesmo quando os autores clássicos defendiam a tese de uma ordem natural, espontânea, sob a qual o sistema econômico alcançaria o equilíbrio, suas análises remetiam às interações sociais. No *mainstream* neoclássico/marginalista o agente econômico é analisado de forma desconecta a tais interações. Ao invés da confrontação com a realidade, importa a sofisticação matemática.

A preocupação com a previsão e com a mensuração dos fenômenos econômicos fez dos métodos quantitativos protagonistas do discurso econômico predominantemente formalista, ficando relegadas à obscuridade acadêmica outras práticas teóricas e metodológicas que primam pela consistência empírica (HOFMANN; PELAEZ, 2011, p. 263).

Não causa estranhamento o fato desse formalismo metodológico culminar em completa desconexão da realidade, pois o próprio estabelecimento de hipóteses sequer exige sua verossimilhança. Jevons, fundador da Escola Marginalista, pondera: “*toda solução envolve hipóteses que não são realmente verdadeiras*: como, por exemplo, que a Terra é uma esfera lisa e homogênea. Mesmo os problemas mais simples de Estática ou Dinâmica são apenas aproximações hipotéticas à realidade” (JEVONS, [1871] 1996, p. 49, grifo meu).

No bojo de tantos exemplos contemporâneos possíveis sobre o assunto, está a série de críticas tecidas por Paul Krugman e Romer

(2016). Rezende, contestando veementemente a ortodoxia econômica, a partir da análise macroeconômica, faz o seguinte destaque:

...a partir do advento das expectativas racionais a macroeconomia defrontou-se com um sério dilema: ou revia seus fundamentos ou negava a realidade. Por absurdo que pareça, a opção por negar a realidade foi mais longe do que se poderia imaginar (REZENDE, 2017, p. 149).

A Ciência Econômica lida, pois, com esse paradoxo curioso: seu *mainstream* continua inabalável nos principais periódicos, manuais e grades curriculares, mas é alvo de severas críticas por não expressar a realidade.

Nesta convergência entre teoria e análise do mundo real, o institucionalismo econômico tem protagonizado o debate, ganhando bastante reconhecimento, sobretudo, a partir dos anos 1990. Referências entre seus pares, expoentes institucionalistas foram laureados com o Nobel em Economia: Coase (1991), North (1993), Williamson e Ostrom (2009). Com eles, a relação “Instituições e Economia” é revalorizada em termos de publicações no último quartel do século XX.

Esse quarteto é referência constante em estudos institucionais na economia, como se pode verificar no *Journal of Institutional Economics* e na *Revista de Economía Institucional*. Suas análises ganharam tal dimensão a ponto de autores ortodoxos utilizarem suas teorias, ainda que sob crassos erros metodológicos. Certamente no bojo de um movimento bem caracterizado por Possas (1997, p. 13): “...temas relevantes, considerados marginais ou intratáveis [pelo *mainstream*], e por isso relegados à heterodoxia (ou ao limbo), passaram a ser incorporados, ganhando o status de objetos cientificamente sérios” (POSSAS, 1997, p. 13).

Com certeza, na Economia, um dos principais equívocos ortodo-

xos no uso de temas heterodoxos refere-se ao “Teorema de Coase”, alcunha formulada por Stigler para denominar um argumento supostamente defendido em Coase (1960), mas refutado veementemente pelo autor, conforme devidamente explicado por ele em Coase (2017).

Mas o Institucionalismo econômico é secular! Os trabalhos semanais de Veblen datam do final do século XIX. Autores como Commons, Mitchell e Polanyi lhe sucedem, formando um grupo de primeiros institucionalistas. Mas a força neoclássica/marginalista arrefece o número de publicações institucionalistas em *Journals* de Economia. Até o surgimento dos trabalhos de North e seus contemporâneos, quando o tema ganha a dimensão aqui já referida. Para diferenciar os dois grupos, Veblen e aqueles primeiros vinculados à sua obra (Commons e Mitchell) são referidos como “Velhos Institucionalistas”, enquanto o grupo iniciado por Coase é conhecido como os “Novos Institucionalistas”.

Dadas as diferenças metodológicas e de categorias analíticas entre Novos e Velhos Institucionalistas, pesquisar a contemporaneidade potencial de Veblen, objeto desta pesquisa, permite demonstrar a relevância, ainda, de suas teorias elaboradas há bastante tempo. Especialmente pelas diferenças entre os estágios do capitalismo de sua época e o contemporâneo. Oportuniza, também, desenvolver um estudo da Economia sob a égide de Ciência Social.

3. Referenciais teóricos de Veblen

A influência exercida pelas instituições nas decisões individuais não é novidade às ciências sociais. Durkheim ([1897] 2000) demonstra como os seres humanos respondem a “padrões sociais”. Obra basilar ao desenvolvimento da Sociologia, nela, o autor infere como esses

padrões influenciam mesmo numa decisão individual de extrema relevância — o suicídio. Ora, sob tal perspectiva, se o ato de atentar a própria vida responde a padrões sociais, como podem as decisões econômicas serem “autônomas”, desenraizadas?

Tal como a Sociologia, o Institucionalismo Econômico vê o indivíduo de forma “enraizada”, imerso na ação coletiva! O inverso do individualismo metodológico ortodoxo em que as preferências são dadas: “o que se defende [no institucionalismo] é que o meio socioeconômico e institucional tem um efeito significativo no tipo de informação que recebemos, na nossa cognição dessa informação, ou nas preferências, e, portanto, em muito do nosso comportamento” (HODGSON, 1994, p. 71.)

Veblen demonstra a surpresa de uma já relevante corrente da Economia à sua época estabelecer um programa de pesquisa desvinculado desse enraizamento institucional. A partir desse paradoxo os trabalhos de Veblen são desenvolvidos. O ponto de partida, por isso, é a crítica a tal corrente que viria se conformar como ortodoxia econômica. Da onipresença dessa crítica em sua obra, Veblen (1899a) cunha, por exemplo, a classificação “neoclássico” para designar economistas filiados a Smith mas com uma visão clássica “modernizada”, defensora de que o valor se origina da “utilidade do bem” e não do “trabalho”.

Guardando um estilo próprio, a obra de Veblen preza pela interdisciplinaridade. Antropologia, Psicologia, Sociologia e História associam-se à Economia, num amálgama peculiar. Esta composição oferece os elementos à análise evolutiva, em contraposição ao método “estático” utilizado pelos neoclássicos. Veblen (1899a, p. 1) destaca “emprestar” da física esse jargão (estático) lá utilizado para designar corpos em repouso ou forças em equilíbrio. Ora, ainda hoje aulas de Economia são protagonizadas a partir de pontos de equilíbrio e as res-

pectivas análises comparativas entre eles, sem remeter ao movimento de deslocamento.

Veblen contesta veementemente a racionalidade maximizadora e seu conceito teórico de *homo economicus*, basilar ao *mainstream*. Como supor um “ser humano” dotado de capacidade mental para tomar, sempre, a melhor decisão, considerando todo o conjunto universo — inclusive eventos futuros —, armazenando, processando e transmitindo todas as informações inerentes ao processo? Veblen é enfático e objetivo sobre o assunto: “se existisse no mundo animal o animal representado de forma tão caricatural como *homo economicus*, sobre cujas características escreveram os economistas da escola clássica, esta espécie seria certamente uma anomalia” (VEBLEN, 1898a, p. 188).

Em justiça ao método evolucionário vebleniano, se a racionalidade fosse maximizadora, a ciência econômica deveria justificar a emancipação humana do mecanismo universal de seleção natural!

Segundo Veblen ([1899b] 1983) o agente econômico não consegue ser um maximizador, realizador de cálculos hedonistas ininterruptos. Ora, trata-se, antes, de um ser humano, sem grande capacidade na apreciação antecipada dos prazeres. O homem não tem uma postura passiva que leva a uma busca pela satisfação de desejos dados. As preferências não são dadas. Diferente do pensamento neoclássico para quem o indivíduo não tem história, passado ou futuro. Para quem se uma força para de pressioná-lo, ele volta exatamente ao ponto de equilíbrio inicial. O mundo real não é assim!

Um fundamento metodológico basilar à obra de Veblen é a refutação de qualquer procedimento relacionado ao método hipotético-dedutivo, típico da ortodoxia econômica. Veblen (1898a) questiona a análise neoclássica de relação causa-efeito sob a qual acontecimentos

exógenos a ela são considerados “eventos perturbadores”. Contestando o fato de a Física servir de referência à economia, Veblen reclama um método evolucionário para a economia, a exemplo do que havia feito Darwin na Biologia.

O individualismo metodológico é central na crítica vebleniana ao neoclassicismo, característica marcante a todos os autores referenciais do Institucionalismo Econômico. Veblen ([1899b] 1983) é enfático na defesa à ampliação do escopo na análise econômica, muito além dos aspectos individuais. Afinal, as decisões humanas resultam de fenômenos da vida em grupo.

O interesse econômico define o processo de evolução cultural, nas suas diferentes dimensões, afetando a estrutura social como um todo. Derivando daí o caráter econômico, em alguma medida, de todas as instituições, mesmo existindo instituições econômicas *per se*. Note, o interesse econômico não age isolado. Ao contrário, insere-se num conjunto de atividades. A base da ação institucional é o complexo orgânico de hábitos moldados por processos passados, eliminando riscos de tautologia na análise.

Sob a perspectiva evolucionária, sempre, o ponto de chegada da obra vebleniana é a sociedade contemporânea dele, marcada pelas instituições do capitalismo industrial então vigente. Permitindo a aplicação de seu corpo teórico ao mundo real, tal sociedade é protagonista nos estudos de Veblen, como no estabelecimento de teses sobre o comportamento do consumidor e a inserção social da mulher, e.g. Segundo Veblen ([1899b] 1983, p. 103) “os interesses coletivos de qualquer comunidade moderna se concentram na eficiência industrial”.

Veblen demonstra o poder das instituições (os padrões sociais em Durkheim) na conformação dos comportamentos econômicos por dois canais: *a)* impondo normas sociais restritivas à conduta; *b)*

agindo sobre os desejos dos agentes. Sua definição para Instituições resulta desta argumentação: instituições são os “...métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (VEBLEN, [1899b] 1983, p. 89.) Um dado conhecimento compreendido e aceito pela comunidade torna-se uma norma de conduta. Indivíduos não compatíveis ou não adaptados a ela vivem em conflito social.

A propensão comportamental adquirida, geralmente resultado da socialização do indivíduo, é denominada por Veblen como “hábito”. De outro lado, Veblen reconhece a importância dos “instintos”, correspondentes à propensão comportamental gerada por algum aspecto da estrutura biológica do ser humano adquirida pelo processo de seleção natural. Veblen (1898b) analisa três deles: o instinto para o artesanato; o instinto para o esporte; e a propensão emulativa, também destacada em sua obra mais conhecida — a teoria da classe ociosa.

O “instinto para o artesanato” é a propensão humana de realizar tarefas “bem-feitas”. Gera a cooperação “industrial” (nas palavras de Veblen) e, também, a repulsa ao que não é bem-feito, justificando a disposição do homem ao trabalho. Neste sentido, ele contrapõe a ortodoxia econômica para quem “...o trabalho gera desutilidade ou desconforto ao homem” (VEBLEN, 1898b, p. 187.) Já o “instinto para o esporte” volta-se aos interesses individuais, opondo-se àqueles da comunidade. Explica o comportamento competitivo, individualista!

Claramente há um antagonismo entre tais instintos. Enquanto o instinto para o artesanato lega uma responsabilidade ao grupo, desaprovando danos, desperdícios à sociedade, o instinto para o esporte permite determinados indivíduos subjugarem outros do próprio grupo, de forma predatória, como, por exemplo, na acumulação de recursos financeiros. Veblen propõe uma analogia sobre esses instintos na vida

animal:

Tão forte é o instinto cooperativo nas abelhas que às vezes é difícil não pensar na colmeia como um único organismo. Não há em cada abelha motivação que não seja servir ao interesse “industrial” da colmeia. Tão forte é o instinto predatório em certas espécies de tubarões que não raro indivíduos da mesma espécie devoram partes um do outro em meio a situações de frenesi alimentício (VEBLEN, 1898b, p. 185).

Mas o caráter antagônico de tais instintos não os torna excludentes. Um mesmo indivíduo “é” abelha e tubarão — cooperativo, em sendo uma espécie social; e predatório, simultaneamente. O ser humano constitui-se de características de ambos. Segundo Veblen, cada época humana presenciou a dominância de um deles na sociedade. Tendo o instinto para o esporte recrudescido diante do aumento populacional, do acúmulo de riqueza e da conseqüente garantia da sobrevivência a partir de ferramentas inventadas no passado sob a cooperação.

Também em Veblen (1898b), o autor explica a “propensão emulativa”, instinto que leva o homem a reproduzir as atitudes vistas pela comunidade como meritórias e evitar aquelas que recebem desaprovação. Serve para reduzir as chances de rejeição na comunidade posto que uma rejeição dificultaria sua sobrevivência. Por exemplo,

a realização de trabalho de caráter industrial [...] [quando riqueza suficiente já foi acumulada e os membros da sociedade passam a se dividir entre uma classe servil e uma classe ociosa] é [...] vergonhosa por força da sua associação maligna com a pobreza. Trabalho é, para o homem moderno, algo indecoroso (VEBLEN, 1898b, p. 201).

Esse argumento é fundamental na caracterização da “classe ociosa”, um de seus conceitos mais relevantes, apresentado em Veblen ([1899b] 1983). Tal classe é composta por indivíduos que executam

tarefas consideradas nobres pelo grupo, a exemplo, no passado, de filósofos e nobres guerreiros, bem como os dedicados, na modernidade, às artes, à filantropia e ao sacerdócio. Tais “atividades” não se ligam diretamente à subsistência do grupo.

A classe ociosa tem uma propensão emulativa exacerbada. Seus membros têm necessidade de mostrar para o restante do grupo seu pertencimento a essa classe, obtendo o respectivo reconhecimento social. É preciso receber aprovação dos demais membros do grupo, pois, embora a posse da riqueza confira honra, é necessário demonstrá-la! Não basta detê-la! Ainda em Veblen ([1899b] 1983) o autor identifica quatro formas básicas de emulação: ócio conspícuo; consumo conspícuo; ócio vicário; e consumo vicário.

O ócio conspícuo corresponde ao tempo gasto em atividades “não produtivas”. Não corresponde a inatividade, não implica indolência. Se dá através da etiqueta e a erudição, por exemplo. Estiveram presentes ao longo da história humana, mudando de forma, somente. Assim, a prova de ócio toma, comumente, a forma de bens “imateriais”. A classe ociosa impõe trabalho — industrial, segundo Veblen — às classes “inferiores” que não se envergonham pelo trabalho produtivo pois é a forma de serem reconhecidas e aceitas.

O consumo conspícuo, característico de membros da classe ociosa, é exagerado, espalhafatoso, chamativo. Esta necessidade é tamanha ao ponto de poder tornar mesquinho o consumo não aparente: “...se verifica que a vida doméstica da maioria das classes é relativamente mesquinho em comparação com a parte ostensiva da sua existência, que se desenrola perante os olhos do observador” (VEBLEN, [1899b] 1983, p. 53.) O que explicaria proles reduzidas na classe ociosa: “o consumo conspícuo, e o conseqüente aumento das despesas, exigido pela manutenção respeitável de uma criança, é bastante considerável e

age como um freio potente. É provavelmente o mais eficaz dos freios malthusianos de prudência” (VEBLEN, [1899b] 1983, [p. 53]).

Demonstra-se o consumo conspícuo através da posse de bens materiais, dentre os quais o vestuário é a sua forma mais evidente. Ele serve como insígnia de ócio. Indica a pessoa apta a consumir um valor grande, sem dedicar-se a atividade “produtiva” no sentido industrial.

De modo análogo, Veblen analisa o papel da mulher de classe ociosa. Elas seriam “úteis” para exibir a riqueza de “seu homem”, comprovando o pertencimento à classe. Por isso, “...o ideal exige [das mulheres de classe ociosa] mãos e pés delicados e diminutos, e cintura fina. [...] Para mostrar que a pessoa assim constituída é incapaz de esforço útil e precisa, portanto, ser mantida na ociosidade por seu proprietário” (VEBLEN, [1899b] 1983, p. 69.) E se a genética não legou traços totalmente desejados, as mulheres modificam seus corpos e “...os homens julgam atraentes os traços patológicos, artificialmente induzidos, daí resultantes” (VEBLEN, [1899b] 1983, p. [69].).

A classe ociosa impõe à mulher, assim, um papel secundário, coadjuvante. Objetifica-a! Mesmo nas atividades não produtivas, cabe às mulheres dedicar-se àquelas de cuidado do outrem, ainda que não seja de sua família. Um exemplo é a constituição histórica das “Santas Casas de Misericórdia”, entidades criadas pela Igreja Católica para cuidar dos doentes. Enquanto os homens compõem a “Irmandade”, responsável pelas diretrizes estratégicas dessas instituições — e, no passado, pela sua manutenção — as suas esposas compõem o grupo de “irmãs auxiliadoras”, dedicando-se aos cuidados dos pacientes.

Dada a necessidade de reconhecimento na sociedade, a classe ociosa espera que a demanda por bens e serviços para consumo conspícuo deve se restringir a ela. A demanda desta “cesta” por classes não ociosas (servis) gera desaprovação pela classe ociosa. Quando membros

de uma classe servil emergem coletivamente a um degrau pecuniário mais alto e passam a demandar bens e serviços típicos da classe ociosa causa desconforto a esta última. Segundo Veblen ([1899b] 1983, p. 38) a fidalguia pode ser de tal monta que se herda a vida de ócio sem o complemento de riqueza necessário para mantê-la dignamente.

Importante, a presença da conspicuidade na definição do consumo refuta uma tese das mais relevantes na ortodoxia econômica: a utilidade do bem como fator decisório ao consumo, na forma inicialmente defendida por Bentham ([1789] 1974) e Say ([1803] 2011), por exemplo, e, posteriormente, analisada sob a perspectiva marginal em Jevons ([1871] 1996) e Walras ([1874] 1996), dentre outros. Ora, se uma parte do consumo é realizada para impressionar os outros, a utilidade e a maximização do bem-estar no sentido neoclássico não procedem em tais casos.

Sobre o ócio vicário e o consumo vicário, duas últimas formas básicas de emulação, em ambos os casos o indivíduo demonstra sua capacidade de ócio e consumo conspícuo não apenas por si, mas por outras pessoas. A emulação ocorre, por exemplo, quando os parentes, os empregados ou os amigos do indivíduo demonstram o poder de um indivíduo em lhes proporcionar momentos, maneiras e bens materiais, não diretamente ligados ao trabalho produtivo. O luxo mantido de uma esposa, intencionalmente sem renda, por seu marido, é um exemplo de ócio vicário. Um jantar pago por um indivíduo para inúmeros convidados é um exemplo de consumo vicário.

Para satisfazer a vicariedade, emerge no seio da classe servil uma “classe ociosa subsidiária” ou “derivada” cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da “classe ociosa principal” ou “legítima”. A classe ociosa subsidiária tem esse “status” para distinguir seus membros daqueles que não se ocupam de atividades “industri-

ais”, diretamente relacionadas à subsistência do grupo. Trabalhadores domésticos são exemplos de membros da classe ociosa subsidiária.

Mas a existência de uma Classe Ociosa “subsidiária” está longe de representar qualquer nivelamento e mistura com a Classe Ociosa “Original”: “como primeira qualidade de um bom criado, exige-se que ele conspicuamente conheça o seu lugar” (VEBLEN, 1989b, p. 31.) Este lugar aqui referido tem natureza “física” e “social”, evidentemente. Afinal, conviver, misturar-se com membros de classes “servis” nunca é aceitável aos membros da classe ociosa! Subverte a lógica institucional!

Considerando, pois, essas referências teóricas de Veblen e sua validação pelo autor no capitalismo industrial em final do século XIX e início do século XX, quais as possibilidades de diálogo com a sociedade contemporânea do início do séc. XXI? Sigamos à próxima seção.

4. Validações da teoria vebleniana à sociedade contemporânea

O interregno temporal iniciado em fins do século XIX/início do século XX, quando vigia o capitalismo industrial, até o último quartel do século XX representa a transição a um capitalismo financeiro, como a historiografia tradicional classifica.

Complementarmente, é fundamental aos propósitos desta pesquisa referenciar como a teoria social tem gerado importantes reflexões sobre a conformação da sociedade pós-industrial em consequência de mudanças na ordem econômica. Para Bell (1973), Castells (1999), Rifkin (2000; 2016), a principal marca dessa sociedade pós-industrial é, respectivamente, o deslocamento relativo da produção aos serviços,

a sua organização em redes, a substituição da posse pelo acesso e, posteriormente, pelo compartilhamento.

Sem nenhuma dúvida, a organização da sociedade contemporânea guarda diferenças significativas daquela analisada por Veblen para suas comprovações teóricas. Ainda assim, apresenta-se a seguir elementos comprobatórios da atemporalidade de sua obra. Seguindo os propósitos deste trabalho, os exemplos apresentados doravante são fiéis aos elementos teóricos apresentados na seção anterior. Decerto, não se pode desconhecer a existência de outras teorias e/ou áreas do conhecimento passíveis de complementariedade àquelas aqui apresentadas. Igualmente, os exemplos citados estão longe de serem os únicos com o propósito do trabalho.

4.1. Da refutação da racionalidade maximizadora

Difícil imaginar alguém levar a sério o pressuposto da racionalidade maximizadora e seu construto teórico do *homo economicus*, a exceção daqueles imersos no paradigma econômico neoclássico/marginalista. O questionamento de Veblen ganha amplitude na contemporaneidade diante do extremo progresso nas mais diferentes áreas.

O desenvolvimento tecnológico logrou redução de distâncias, permitindo o acesso a uma variedade de ativos, oportunidades e conhecimento muito além de outros períodos da história humana. Se o reconhecimento de uma racionalidade limitada e até de decisões irracionais não é novidade na Ciência Econômica, essa multiplicidade de cenários atuais e futuros torna mais distante a hipotética racionalidade maximizadora.

A sociedade contemporânea é marcada pela impessoalidade, geradora de enormes assimetrias informacionais. Sob tal égide os agentes econômicos demandam respostas institucionais ao balizamento de

suas decisões, frente aos riscos e incertezas inerentes à variedade de cenários e ao desconhecimento da ação de outros agentes. Assegurar correição nas transações, resguardando direitos de propriedade, acaba por se tornar um elemento fundamental da matriz institucional, dada a incapacidade no armazenamento, acúmulo e processamento de informações pelo cérebro humano.

A sociedade contemporânea lida com uma verdadeira exuberância de dados, gerados em profusão. Qualquer processo decisório reveste-se de complexidade, tornando, inclusive, o ambiente menos previsível, ainda. Desde decisões rotineiras àquelas estratégicas, corporativas, o agente econômico — isto é, o ser humano — lida com um ambiente de *big data* em que algoritmos de sistemas de informação nos mais diversos equipamentos eletrônicos “decidem” por ele.

Esse ambiente recrudesce a “sobrecarga de escolha” (*choice overload*), alterando, substancialmente, as condições cognitivas na forma comprovada por Iyengar e Lepper (2000). Na sociedade contemporânea desde a simples escolha de um filme num serviço de *streaming*, um imóvel a locar nas férias, a profissão a escolher e o carro a comprar, são exemplos de eventos onde qualquer grau de racionalidade do agente é posto à prova.

Para resolver essa sobrecarga cognitiva o buscador da Google, por exemplo, oferece a opção “estou com sorte” responsável por direcionar, automaticamente, à página mais relevante, segundo o próprio *Google*. Serviços de *streaming* apresentam uma lista com atrações supostamente baseada em seu histórico e, até, indicam uma especificamente quando você, deliberadamente, delega esta função em meio à multiplicidade de opções.

Não se pode deixar de mencionar os “influenciadores digitais”. Com recompensas que vão desde o usufruto de um bem/serviço ou o

pagamento direto pela indicação de uso, têm o propósito precípuo de induzir decisões econômicas.

Thaler e Sunstein (2008) demonstram como um “empurrão” (*nudge*) altera o comportamento das pessoas, pois nossas decisões tendem a privilegiar a inércia. Daí, a importância dos “empurrões” sensoriais. Organizações contemporâneas descobriram essa “muleta” decisória e têm agido rotineiramente para moldar as escolhas dos agentes. O governo do estado da Bahia, por exemplo, definiu como regra a opção de seus servidores receberem metade do 13º salário no mês de aniversário. Quem não preferir receber assim precisa se manifestar.

Mesmo quando sabemos o que é reconhecido como certo, nem sempre agimos no mesmo sentido — isto é, racionalmente. Neste sentido, vale destacar Festinger (1957), responsável pelo conceito de “dissonância cognitiva”, segundo o qual em certos casos emoções, crenças e convicções pessoais prevalecem na tomada de decisões.

Aliás, a disseminação de informações em redes tem sido responsável por comportamentos irracionais em manada. Comprovando o efeito *Dunning-Kruger*, indivíduos com pouco ou até nenhum conhecimento sobre determinados assuntos formam opiniões assertivas, mesmo contrariando pressupostos científicos comprovados por especialistas. Na forma demonstrada por Dunning e Kruger (1999, p. 1.132), essa “superioridade ilusória” gera um problema duplo: não só a incorrem em erro como sua incompetência rouba-lhes a capacidade de reconhecer isso. Neste sentido, a pandemia da Covid-19 legou um clássico exemplo à posteridade: pessoas sem nenhuma formação específica defendendo “teses” contrárias à vacinação, como a refutar séculos de estudos e contrariando os vários estudos científicos publicados por especialistas.

Se o efeito *Dunning-Kruger* e as implicações dos *nudges* surgem

no âmbito cognitivo, não se pode olvidar que a disseminação e legitimação ocorrem no ambiente institucional. Eles se “institucionalizam”, inclusive conformando grupos a defendê-los!

Longe, muito longe, está o ser humano real do *homo economicus*, de emancipar-se do mecanismo universal de seleção natural!

4.2. Dos instintos para o artesanato e para o esporte

O constante progresso material na trajetória humana legou condições para a produção de bens necessários à sobrevivência coletiva. Segundo Veblen, a então dominância do “instinto para o artesanato” permitiu a invenção de ferramentas e o desenvolvimento de estratégias e tecnologias produtivas mais eficientes. Mas essa exuberância não se traduziu em repartição de bens materiais pois o instinto para o esporte foi recrudescido, prevalecendo interesses individuais em oposição aos comuns. A persistência da fome a milhões de habitantes do planeta, em meio à exuberância tecno-produtiva contemporânea, é um exemplo de tantos outros em diferentes esferas.

Uma face da exacerbação no individualismo instintivo se verifica nas urbes, em processos de higienização e gentrificação, institucionalizando espaços exclusivos às classes mais abastadas e/ou a empreendimentos capitalistas. Processos culminantes em custos diversos aos menos favorecidos, muitas vezes ocupantes históricos de tais espaços, amplamente analisados cientificamente. Vide, por exemplo, Collins (2015).

Outros elementos destacados pela Antropologia Urbana também evidenciam o recrudescimento do instinto para o esporte. Davis ([1990] 2006) analisa como classes mais abastadas estabeleceram, deliberadamente, residências em áreas isoladas de classes mais pobres. Cercas, muros e barras são elementos de uma verdadeira “estética da

segurança”, segundo o autor, inclusive institucionalizada. A principal consequência é a favelização de outros espaços como representação mais evidente do modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo.

Ainda sob a égide de uma competitividade exacerbada, é possível identificar exemplos do instinto para o artesanato na sociedade contemporânea. A cooperação tem sido institucionalizada, por exemplo, através das redes de inventores e os espaços *makers* onde experiências são trocadas e esforços se conjugam.

Outro exemplo de cooperação está nas respostas institucionais à assimetria de informações e de forças, sobretudo em defesa do consumidor. Existem redes para divulgar informações e experiências de outros agentes com interesses afins e ao combate de *fake news*, na forma de agências verificadoras de notícias. Organizações do chamado “terceiro setor” existem em profusão na contemporaneidade, com os mais variados objetivos, numa expressão ímpar de cooperação.

4.3. De Propensão emulativa, conspicuidade e classes ociosas “original” e “subsidiária”

Em razão da internet e suas redes sociais, nunca a escala e o escopo da emulação foram tão grandiosos como na contemporaneidade. A qualquer um é dada a possibilidade de transmitir a milhões de pessoas, instantaneamente, uma ação, uma imagem, uma mensagem qualquer.

A vida privada é exposta em redes, muitas vezes como forma de reconhecimento social, demandando aprovação. Inclusive sem verossimilhança à vida doméstica, como já apregoava Veblen à época do capitalismo industrial. Mas agora de forma exacerbada.

Nas redes sociais, um dos principais fatores de preocupação é o excesso de exposição por parte dos usuários. Nesse ambiente, a sensação predominante é de que o sujeito se esquece da necessidade

de impor limites ao quanto sua vida ficará exposta para os demais usuários, dessa forma, seja por meio de fotografias e vídeos ou textos, cada vez mais a vida cotidiana se transforma num grande espetáculo apreciado por milhões e milhões de usuários (AMARAL, 2015, p. 476).

Além dessa exposição despudorada, as redes sociais conformaram uma nova profissão: *digital influencer*. Formador de opinião, esse profissional influencia decisões nas mais variadas esferas — inclusive econômicas. Permitindo a membros de classe ociosa a ocupação em atividades que não se relacionam diretamente à subsistência do grupo.

É imperativo referir-se, aqui, à influência destes profissionais nas decisões de consumo. Atualmente a conspicuidade presente no consumo está muito relacionada às decisões induzidas por eles. Numa comprovação de que decisões desta natureza nem sempre são dependentes da “utilidade” do bem, como defendem os neoclássicos e marginalistas, mas do grau de conspicuidade inerente ao consumo daquele bem. E, no caso aqui destacado, isso é definido institucionalmente, num ambiente de redes sociais. Especialmente considerando a impessoalidade da sociedade contemporânea.

De outro lado, tornar-se um *digital influencer* permite a membros de classes servis condições econômicas compatíveis às da Classe Ociosa. Podendo lograr ascensão econômica. Subvertendo, nesta questão, a divisão ocupacional apregoada por Veblen, posto que mesmo a um nível baixo de investimento pode-se tornar um profissional de sucesso nesta área.

Feita a ressalva acima, não se pode desconsiderar, ainda vigente na contemporaneidade, a divisão de ocupações como uma importante faceta do ócio conspícuo. Neste sentido, a obra de Veblen converge a estudos da Sociologia das Profissões. Mass et al. (2021, p. 2) destacam o fato de as profissões serem “...consideradas como grupos so-

ciais sui generis, com identidade coletiva, estilos de vida e interesses próprios”. Ou seja, conforme se apreende em Veblen, as instituições definem a quais profissões cada classe social deve se dedicar.

No Brasil, por exemplo, as barreiras à entrada de classes mais pobres ao ensino superior eram históricas, especialmente em cursos considerados “tradicionais”, como Medicina, Engenharia e Direito. Neste sentido, vide, por exemplo, Coelho (1999).

Para remover barreiras de acesso à Universidade àquelas pessoas de classes mais pobres, sujeitas a uma educação básica de qualidade inferior, foram institucionalizadas estratégias como a política de cotas: “o primeiro Programa de Cotas brasileiro foi implementado em 2003 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então, a quantidade de universidades que aderiram ao programa de cotas foi ascendendo rapidamente em um curto período” (MELO-SILVA; GUARNIERI, 2017, p. 184.). Fator culminante nessa política, em 2012 foi aprovada a “Lei de Cotas” brasileira, sob o nº 12.711/2012.

Dessa forma, o início do século atual marca a criação, ampliação e consolidação de políticas indutoras ao acesso e permanência no ensino superior brasileiro às minorias — egressos de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas, e.g. Não sem a forte resistência da “Classe Ociosa” brasileira, sob um discurso enviesado de uma falsa “meritocracia”.

Não basta à classe ociosa ter seus filhos num curso “de elite”. É preciso que eles não se misturem com a classe servil. E este é um exemplo ímpar de como ela quer ter exclusividade à sua “cesta”. Não foi outro motivo a repulsa da classe ociosa brasileira à política de cotas universitárias. Diante da reserva de vagas aos cotistas, a classe ociosa não buscou ampliação de vagas no setor privado. Insiste no questionamento às políticas de cotas, como se seus filhos não deman-

dassem ensino privado na educação básica. A classe ociosa busca exclusividade de ensino com qualidade superior, independente do caráter privado (educação básica) ou público (ensino superior).

Myrian Krexu, primeira cirurgiã cardiovascular indígena, relata um exemplo ímpar do assunto, inclusive como esses elementos estão incrustados nas organizações. Em seu primeiro dia de aula no curso de Medicina um professor lhe pergunta: “o que você está fazendo num curso de elite”? (FALAS DA TERRA, 2021).

Embora seja multicausal, inclusive racista, essa hostilidade às políticas de cotas tem um forte elemento social, classista! Em estudo sobre as ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social, Neves et al. (2016) demonstram como as cotas criaram tensões entre os alunos por sua dimensão social:

[...] que se traduziria em afinidades a partir de determinadas características socioeconômicas (quem tem ou não carros, quem frequenta ou não certos ambientes e espaços sociais, quem vem ou não de determinadas escolas, quem é ou não membro de certas famílias, etc.). Essas tensões não se manifestariam necessariamente em conflitos abertos, mas, sobretudo, em formação de “patotas” e grupos de amigos. [...] As cotas geraram uma maior mistura social, porém, isso não significou uma maior integração dos membros das classes populares à rede de sociabilidade das classes mais abastadas (NEVES et al., p. 149, grifos meus)

Essas tensões, em verdade, não se restringiram às políticas de cotas. No início dos anos 2000 o Brasil experimentou o resgate mais intensivo de políticas keynesianas, outrora refreadas com a experiência neoliberal na década de 1990. Políticas de transferência de rendas, no bojo das quais o programa “Bolsa Família” ganha destaque, exerceram importante papel às classes mais pobres, inclusive na segurança alimentar.¹

¹ Uma análise crítica sobre políticas de transferência de renda desenvolvidas no

Diante dos efeitos da crise econômica mundial de 2008, o governo brasileiro recrudesciu tais políticas, impulsionando vários segmentos sociais a níveis de renda mais altos. Há extensa literatura dedicada ao tema. Souza e Lamounier (2010) e Neri (2011) são exemplos.

Essas políticas somaram-se à importante valorização, então em curso, do salário mínimo, contrariando, evidentemente, os interesses da “classe ociosa” brasileira. DIEESE (2008, p. 3), destaca um aumento real (isto é, acima da inflação) da ordem de 37,02% no período 2003-2008.

O crescimento na renda dos menos abastados e o consequente acesso a bens e serviços antes impossíveis levaram a uma insurgência da classe ociosa brasileira, desaprovando essa emergência coletiva a um degrau pecuniário mais alto pelo desconforto gerado por suas demandas a uma “cesta de consumo” típica dela, classe ociosa. Por exemplo, inúmeros brasileiros tiveram oportunidade de fazer viagens aéreas, havendo repugnância por viajantes de classe ociosa. G1 RIO (2014) noticia a resistência de uma passageira quanto à vestimenta de outro passageiro num aeroporto brasileiro. Em sua rede social ela pergunta: “Rodoviária ou aeroporto?”. O caso ganhou enorme repercussão, inclusive pelos vários comentários jocosos, referendando a postagem.

No fundo, a contrariedade da classe ociosa brasileira ao progresso econômico de outros grupos sociais reside na ameaça de que os filhos de seus empregados não se tornem empregados de seus filhos, isto é, que os filhos da “Classe Ociosa Subsidiária” não se tornem “criados” dos filhos da Classe Ociosa “Original”, quebrando um ciclo presente

governo Lula pode ser encontrada em Scoralich (2011). Dentre outros assuntos a autora entende que foram condicionadas e focalizadas, bem como apresenta uma importante revisão de literatura, inclusive destacando a relação dessas políticas com ideias neoliberais.

na trajetória de trabalho assalariado brasileiro.

Fazendo jus ao pensamento de Veblen, o “criado” precisa, conspiciamente, saber o seu lugar! O ambiente do aeroporto, o assento do avião, não é — para a classe ociosa — lugar da criadagem. Sobre essa espacialização física há “n” exemplos contemporâneos. Vejamos dois deles.

Em 2016, ficou comprovada a existência de placa no Country Club do Rio de Janeiro informando a proibição de babás acessarem banheiros, exceto aqueles destinados às crianças! Segundo Boere e Lima (2016), o Ministério Público do Trabalho abriu investigação contra o referido Clube por discriminação. Interessante o fato de o assunto vir à tona quando “uma babá que dava banho em duas crianças no banheiro tradicional foi convidada por um funcionário do clube a se retirar” (p. 1). Além da discriminação *per se* relativa à proibição, não basta à mulher da Classe Ociosa Original delegar os cuidados a seu filho para uma “criada”. Os cuidados devem ser cumpridos fora do olhar da mãe! Sequer a possibilidade de eventualmente acompanhar os cuidados a mãe de Classe Ociosa quer, neste caso!

Já Goussinsky (2018) noticia como novos imóveis portugueses “...ganham quarto de empregada para agradar brasileiros”. Com o aumento no número de brasileiros morando em Portugal e a conseqüente demanda por novas habitações, incorporadoras lusitanas passaram a incluir o “quarto de empregada (...) nas novas plantas, em meio a crescimento do setor imobiliário, no qual brasileiros estão entre os maiores compradores” (GOUSSINSKY, 2018, p. 1).

A Classe Ociosa brasileira pode até sair do Brasil, mas o Brasil não sai dela!

4.4. Do papel social da mulher

Infelizmente, na sociedade contemporânea a figura feminina ainda é objetificada. Em meio às bandeiras feministas, permanece existindo para muitas o estereótipo identificado por Veblen. Por exemplo, paralelos atuais são fáceis de encontrar em relação ao fato de mulheres modificarem seus corpos e com fins dos homens julgarem “...atraentes os traços patológicos, artificialmente induzidos, daí resultantes” (VEBLEN, [1899b] 1983, p. 69.) Procedimentos estéticos avançados se multiplicam e progridem, inclusive na esfera cirúrgica. Há, por exemplo, farto material na mídia sobre a retirada de costelas flutuantes (os dois últimos pares que não se unem) com fins de afinamento da cintura, mesmo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica emitindo nota contrária a esse procedimento. Um papel que no passado cabia a peças do vestuário como o *corset* e o espartilho. Agora o afinamento da cintura é físico, cirúrgico.

A moda feminina contemporânea mantém herança histórica, repleta de roupas e sapatos desconfortáveis, impeditivos, até, para determinados movimentos, exatamente para identificar mulheres de classe ociosa.

No âmbito profissional, a luta feminina por espaços equiparados aos do homem recrudesciu na sociedade contemporânea, felizmente. Mas o estereótipo de gênero nas profissões ainda é marcante e convergente à obra de Veblen. Mesmo a despeito de certo progresso alcançado, as condições profissionais femininas são piores. Embora a referência feita na obra de Veblen seja à mulher de classe ociosa, apresenta-se aqui informações e dados agregados, posto que uma desagregação à classe ociosa *per se* demandaria escala e escopo à pesquisa muito além daqueles aqui propostos. Feita esta ressalva, considera-se aos propósitos desta pesquisa o dado agregado como representativo

da obra de Veblen.

No campo laboral, profissões clássicas de cuidados ao ser humano continuam sendo tipicamente femininas. É o caso da docência em séries iniciais, da Enfermagem e do Serviço Social.

Siqueira e Ferreira destacam como “...o magistério no Brasil ser exercido primordialmente por mulheres já está suficientemente destacado e comprovado, desde a década de 70 do século passado” (SIQUEIRA; FERREIRA, 2003, p. 77). As autoras destacam que a atividade docente

...tem como componentes principais a maternagem e a servidão que, por sua vez, são associadas no imaginário social a uma menor qualificação e a um valor menor do que outros trabalhos. [...]

Com efeito, o exercício do magistério das séries iniciais do ensino fundamental caracteriza-se historicamente como uma extensão das atividades domésticas das professoras em seus lares. A própria relação das professoras com seus alunos confunde-se com a relação mãe-filhos (SIQUEIRA; FERREIRA, 2003, [p. 77]).

Estudo mais recente realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) brasileiro, publicado em maio/2005, apresenta um dado relevante: 97% dos assistentes sociais são mulheres, confirmando a “tendência histórica da profissão” (CFESS, 2005, p. 18). Os dados desagregados por região indicam essa proeminência feminina. Se em âmbito nacional somente 3% são homens, “a região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%)” (CFESS, 2005, [p. 18]).

Relatório contendo o perfil mais recente da enfermagem no Brasil (MACHADO, 2017) diagnostica que dentre os profissionais de enfermagem, incluindo tanto os Enfermeiros como os Técnicos e/ou Auxiliares de Enfermagem, 85,1% são mulheres, 14,4% homens e 0,5% não responderam. Como no Serviço Social, vê-se a enfermagem como

uma profissão tipicamente feminina. Ainda assim, o relatório ressalta um passado mais “feminino” às equipes de enfermagem: “pode-se afirmar que na enfermagem está se firmando uma tendência à *masculinização* da categoria, com o crescente aumento do contingente masculino na composição. Essa tendência é recente, data do início da década de 1990 e vem se firmando” (MACHADO, 2017, p. 111.)

A massiva presença feminina na docência em séries iniciais, na Enfermagem e no Serviço Social compreendem uma face do papel da mulher na sociedade, relegado ao cuidado com o outro, inicialmente o familiar. Atividades “fora de casa” devem manter tal fundamento.

Desta forma, fazendo jus ao pensamento vebleniano, o papel de subordinação legado ao gênero feminino é imposto por nossas instituições. A discriminação à mulher nas diferentes esferas, inclusive no mercado de trabalho, quando a sociedade identifica “profissões de mulher”, é conformada por nossas instituições.

A participação feminina também está aquém na liderança política. Dados das últimas eleições divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br) comprovam esta assertiva ao Brasil. Nas eleições municipais de 2020 as mulheres representaram, somente, 12% dos candidatos eleitos ao cargo de Prefeito. Para os cargos de vice-prefeito e vereador, responderam, respectivamente, por 16,5% e 16%.

Os dados das eleições federais e estaduais de 2018 levam à mesma conclusão. Além de eleger dois homens aos cargos de Presidente e Vice, a participação feminina dentre os eleitos aos demais cargos é muito pequena: 3,8% (Governadoras); 26,9% (Vice-Governadoras); 11,5% (Senadoras); 15,0% (deputadas federais); e 15,6% (deputadas estaduais).

Os exemplos desta subseção comprovam como ainda é legado à mulher um papel coadjuvante na sociedade, convergente à teoria ve-

bleniana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inaugurando um estilo peculiar à análise econômica, Veblen recorre à interdisciplinaridade e referências reais na elaboração e validação de seu programa de pesquisa. Como resultado do seu método evolucionário, confirma suas teses à luz da sociedade de sua época. Esse traço metodológico poderia levar à refutação de suas teses na sociedade contemporânea, um século após suas publicações.

Mas os elementos percorridos nesta pesquisa, com um recorte à sociedade brasileira contemporânea, validam a teoria de Veblen, legando um caráter atemporal a ela. Mesmo o capitalismo ganhando novas formas em sucessão àquele industrial analisado por ele.

Esta pesquisa valida, especificamente, teses veblenianas relacionadas a refutação da racionalidade maximizadora, aos instintos para o esporte e para o artesanato, à propensão emulativa, conspicuidade e classes ociosas “original” e “subsidiária”, bem como o papel da mulher na sociedade.

Ademais, apresentando elementos contemporâneos confirmadores às teses de Veblen, esta pesquisa demonstra as oportunidades do Institucionalismo Econômico no entendimento da sociedade contemporânea, validando sua hipótese. Demonstra que a alcunha de “velho institucionalismo” para designar autores como Veblen servem para o sentido de datar suas publicações, sem qualquer comprometimento de sua validação atual.

A partir dessas conclusões vislumbra-se em Veblen um potencial para instrumentalizar futuros estudos no campo das Ciências Sociais. A Antropologia Social pode enfocá-los aos aspectos culturais e às es-

truturas de relações sociais, por exemplo. Na Ciência Política pode-se analisar a cooptação do Estado pela classe ociosa. A Sociologia do Trabalho pode utilizar suas teses como fundamento às desigualdades de oportunidades laborais a partir do gênero. A Economia, evidentemente, tem em Veblen um terreno fértil a análises variadas e, muito importante, com total aderência ao mundo real e contemporâneo.

Referências

AMARAL, Rogerio do. Exposição da vida privada em redes sociais: motivações e consequências. *Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, Presidente Prudente, 2015. Disponível em www.unoeste.br, consultado em 03 jun. 2021.

BELL, Daniell. *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1973.

BRUE, Stanley. *História o Pensamento Econômico*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BOERE, Natália; LIMA, Ludmilla de. Placa em banheiro do Country Club informa que babás não podem entrar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Disponível em oglobo.globo.com, consultado em 06 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio. — (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em www.cfess.org.br. Consultado em 20 maio 2021.

COASE, Ronald Harry. The Problem of Social Cost. *The Journal of Law and Economics*. v. 3, out. 1960, p. 1-44.

COASE, Ronald Harry. Notas sobre o problema do custo social. In.: COASE, Ronald Harry. *A firma, o mercado e o direito*. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Enge-*

nharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLLINS, John F. *Revolt of the saints: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy.* Londres: Duke University Press, 2015.

DAVIS, Mike. *City of quartz: Excavating the Future in Los Angeles.* New York: Verso, (1990) 2006.

DIEESE. *Política de valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março.* Nota técnica. Número 62. Março de 2008. Disponível em www.dieese.org.br. Consultado em 30 ago. 2021.

DURKHEIM, David Émile. *O suicídio. Estudo de sociologia.* São Paulo: Martins Fontes, (1897) 2000.

DUNNING, Davida; KRUGER, Justin. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 77, n. 6, 1999.

FALAS DA TERRA: A PRIMEIRA CIRURGIÃ CARDIOVASCULAR INDÍGENA DO BRASIL. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal TV Globo. Disponível em: www.youtube.com. Consultado em: 03 jun. 2021.

FESTINGER, Leon. *A Theory of Cognitive Dissonance.* Stanford: Stanford University Press, 1957.

G1 RIO. Professora que ironizou advogado no Facebook é afastada de cargo no Rio. *G1 Rio.* Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em g1.globo.com. Consultado em 06 jun. 2021

GOUSSINSKY, Eugenio. Portugal: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. R7, São Paulo, 28 de março de 2018. Caderno Internacional. Disponível em noticias.r7.com. Consultado em 03 jun. 2021.

HODGSON, G. M. Economia e instituições. *Manifesto por uma economia institucionalista moderna.* Oeiras: Celta editora, 1994.

HOFMANN, Ruth; PELAEZ, Victor. A psicologia econômica como resposta ao individualismo metodológico. *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 31, 2011, p. 262-282.

IYENGAR, Sheena Sethi; LEPPER, Mark. When Choice is Demotivating:

Can One Desire Too Much of a Good Thing?. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 79, n. 6, 2000, p. 995-1006.

JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., (1871) 1996.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MASS, Lucas Wan Der; CHACHAM, Alessandra Sampaio; TOMÁS, Maria Carolina. Profissão e estratificação social. Desigualdades nas trajetórias de médicos e enfermeiros no Brasil atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)*, v. 36, 2021, p. 1-22.

MACHADO, M. H. (Coord.). *Perfil da enfermagem no Brasil. Relatório final: Brasil*. Rio de Janeiro: NERHUS–DAPS–ENSP/Fiocruz, 2017.

MELO-SILVA, Lucy Leal.; GUARNIERI, Fernanda Vieira. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo, v. 21, n. 2, 2017.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política: com algumas de suas Aplicações à Filosofia Social*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, (1848) 1996.

NAPOLEONI, Claudio. *Curso de Economia Política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NERI, Marcelo Cortes. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEVES, Paulo; SCHMITZ, Heike; FARO, André. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. *Ensaio* (Rio de Janeiro. Online), v. 24, 2016, p. 127-160.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Economia formal e economia política*. Apostila para o curso de economia. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1970. Disponível em www.bresserpereira.org.br. Consultado em 15 jun. 2021 RESENDE, A.L. *Juros, moeda e ortodoxia*. São Paulo: Portfolio Penguin, 2017.

RIFKIN, Jeremy. *La era del acceso: la revolución de la nueva economía*.

Barcelona: Paidós, 2000.

RIFKIN, Jeremy. *Sociedade com custo marginal zero*. Tradução de Monica Rosemberg. São Paulo: M. Brooks do Brasil Editora Ltda., 2016.

ROMER, P. The Trouble With Macroeconomics. Delivered January 5, 2016 as the Commons Memorial Lecture of the Omicron Delta Epsilon Society. Forthcoming in *The American Economist*. Disponível em paulromer.net, consultado em 15 jun. 2021.

SAY, Jean Baptiste. *Traité d'économie politique*. Paris: Institut Coppet, (1803) 2011.

SCORALICH, Dayanna da Silva. *Política de transferência de renda no governo Lula: faces da nova ofensiva neoliberal*. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Sociais, História e Filosofia, 2011.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli; FERREIRA, Edirê. S. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, v. 23, n. 3, 2003, p. 76-83.

SMITH, Adam. *A Teoria Dos Sentimentos Morais*. 2 ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, (1759) 2015.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras Editora, (1776) 2009.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. *Banco de Dados*, disponível em www.tse-jus.br.

VEBLEN, Thorstein Bunde. Why is Economics not an Evolutionary Science. *The Quarterly Journal of Economics*. Oxford: University Press. Vol. 12, No. 4, 1898a.

VEBLEN, Thorstein Bunde. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. Tradução de Daniel Negreiros Conceição. *OIKOS. Revista de economia heterodoxa*. N. 8, ano VI. Rio de Janeiro: UFRJ, (1898b) 2007.

VEBLEN, Thorstein Bunde. The Preconceptions of Economic Science. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 13, No. 4. Oxford: University Press, 1899a.

VEBLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa*. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, (1899b) 1983.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., (1874) 1996.

Resumo:

Este artigo imerge no pensamento de Thorstein Veblen, inaugural do Institucionalismo Econômico. No seu programa de pesquisa evolucionário, elaborado durante o capitalismo industrial, o estágio final foi a sociedade de seu tempo, conformando-se como objeto de validação da sua teoria. Parte daí o problema da presente pesquisa: verificar a aplicabilidade do Institucionalismo Econômico de Veblen à sociedade contemporânea, pós-industrial e marcada pela dominância do capital financeiro global. Resgatou-se suas principais obras a partir de uma pesquisa exploratória, identificando as teorias potencialmente pertinentes a esta análise. Utilizando-se os métodos bibliográfico e documental, identificou-se traços evidentes da sociedade contemporânea convergentes às suas teorias, comprovando a sua atemporalidade, mantendo-se um referencial essencial às ciências sociais.

Palavras-chave: Veblen; Instituições; Institucionalismo Econômico; Teoria da Classe Ociosa; Sociedade Contemporânea.

Abstract:

This article immerses itself in the thought of Thorstein Veblen, inaugural of Economic Institutionalism. In his evolutionary research program, elaborated during industrial capitalism, the final stage was the society of his time, which became the object of validation of his theory. Hence the problem of the present research: to verify the applicability of Veblen's Economic Institutionalism to a contemporary, post-industrial society, marked by the dominance of global financial capital. His main works were rescued from an exploratory research, identifying the theories potentially relevant to this analysis. Using the bibliographical and documental methods, it was identified evident traits of contemporary society that converge with his theories, proving its timelessness, remaining an essential reference for the social sciences.

Keywords: Veblen; Institutions; Economic Institutionalism; Theory of the Leisure Class; Contemporary Society.

Recebido para publicação em 20/07/2021.
Aceito em 06/10/2021.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

